

LIBERALISMO EM RETROSPECTIVA: O OLHAR SOBRE UMA IDEOLOGIA NA RELAÇÃO COM O BRASIL RECENTE

Allan Freire do Nascimento¹

Resumo: Do século XVII ao XX houve a construção teórica da ideologia conhecida por liberalismo, bem como sua modificação até a chamada versão neoliberal. Tendo bebido das fontes clássicas e surgida na Guerra Fria, este neoliberalismo apresentou intentos que iriam para além do indivíduo e de fronteiras nacionais. Seu globalismo ganhou terreno com a crise do socialismo real nas últimas décadas do século XX. Em meio a isto, vimos um Brasil saído de uma ditadura civil-militar de vinte anos, portanto, em um processo de redemocratização que almejava desenvolvimento econômico e social, mas sem uma robusta confiança popular nas políticas de esquerda para solução dos problemas nacionais. Reflexo disto foram os presidentes eleitos nos primeiros pleitos da volta da democracia e de gestões com tônica neoliberal (Fernando Collor e Fernando Henrique). Contudo, mesmo a chegada de um partido de esquerda ao poder (com gestões de Lula e Dilma Rousseff, sob o Partido dos Trabalhadores) não marcou ruptura ou grande distanciamento de medidas neoliberais. Com objetivo de apresentar uma revisão histórica do liberalismo e formar conceitos primordiais acerca da ideologia liberal, é proposta uma análise que identifique marcadores ideológicos do neoliberalismo em falas de presidentes brasileiros eleitos de 1990 a 2016. De tal maneira, é buscada a resposta para a hipótese que embasa este trabalho: que conceitos servem de lente analítica para buscar e identificar onde está o neoliberalismo em falas presidenciais do Brasil da redemocratização?

Palavras-chave: Brasil; Presidentes; Neoliberalismo; História; Política.

LIBERALISM IN RETROSPECTIVE: A LOOK AT AN IDEOLOGY IN RELATION TO RECENT BRAZIL

Abstract: From the 17th to the 20th century, there was the theoretical construction of the ideology known as liberalism, as well as its modification until the so-called neoliberal version. Drawn from classical sources and emerged in the Cold War, this neoliberalism presented intents that would go beyond the individual and national borders. Its globalism gained ground with the crisis of real socialism in the last decades of the 20th century. Amidst it, we saw Brazil emerging from a twenty-year civil-military dictatorship, therefore, in a process of redemocratization that aimed at economic and social development, but without a strong popular confidence in left-wing policies to solve national problems. As a reflection of this, the elected presidents in the first elections after the redemocratization had clearly neoliberal administrations (Fernando Collor and Fernando Henrique). However, even the arrival of a left-wing party to power (with Lula

¹Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGCP/Unirio).
E-mail: idic@hotmail.com

and Dilma Rousseff, under the Workers' Party) did not mark a rupture or a great distance from neoliberal measures. In order to present a historical review of liberalism and form key concepts about liberal ideology, an analysis is proposed to identify ideological markers of neoliberalism in the speeches of Brazilian presidents elected from 1990 to 2016. This way, we seek the answer to the hypothesis that underlies this work: what concepts serve as an analytical lens to seek and identify the neoliberalism present in Brazil's presidential speeches of redemocratization?

Keywords: Brazil; Presidents; Neoliberalism; History; Politics.

INTRODUÇÃO

Por meio de um panorama histórico da ideologia liberal desde sua origem (século XVIII) até sua versão neoliberal (século XX), este artigo contribui para identificação de marcadores ideológicos no estudo de fontes documentais. Desta feita, importante esclarecer acerca do conceito de ideologia aqui utilizado, bem como sobre a própria definição de marcadores ideológicos.

O escopo do entendimento para “ideologia”, a despeito de tantas concepções ao longo do tempo e pensadores, é tão somente de que as ideias:

“...propiciam uma perspectiva para a compreensão e a explicação do mundo. As pessoas não veem o mundo tal como é, mas apenas como esperam que seja: em outras palavras, elas veem o mundo através de um véu de pressupostos, opiniões e crenças arraigadas. Conscientemente ou não, todos apoiam um conjunto de crenças e valores políticos que guiam comportamentos e influenciam sua conduta. Assim, as ideias e ideologias políticas estabelecem metas que inspiram a ação política.” (HEYWOOD, 2010, pp. 16-17)

A respeito do que se entende por “marcadores”, referem-se a termos ou passagens de discursos que denotem a presença de uma dada ideologia (neste caso, a ideologia liberal). Quer dizer, com a exposição de um histórico do liberalismo para bem compreender pressupostos desta ideologia – comparando passado e atualidade – são definidos contornos para “marcadores ideológicos de discurso”. Assim, apresentam-se elementos essenciais que podem ser buscados e identificados em diferentes falas (escritas ou não) no intuito de encontrar uma essência, linha-mestra ideológica, que desmistifique e esclareça sobre que ideias cimentam uma realidade que se quer construir por parte de uma pessoa ou grupo.

O objetivo é que este trabalho apresente uma revisão histórica do liberalismo e seja uma contribuição teórica para análises de conteúdo, especialmente para discursos políticos. Em seguida, a análise geral de todo este processo de consolidação atual do liberalismo é considerada para a formação de elementos básicos (marcadores ideológicos) de seu entendimento, como já discorrido.

A hipótese é que o presente artigo consolide identificadores de uma específica ideologia em diferentes falas que sirvam de documentos a serem analisados (especialmente em termos de comunicação política). Em outras palavras, que este estudo apresente uma plataforma teórica da qual se podem indicar pressupostos básicos da presença do neoliberalismo para análise de fontes, em especial, desta ideologia nas falas presidenciais de um país pós-guerra fria e pós-ditadura. Portanto, um Brasil que – apesar das diferentes orientações dos diferentes governantes a partir de 1990 – possa, de discursos estudados, nos responder à pergunta: em que medida e onde está o neoliberalismo?

É feita uma relação com o Brasil recente, em fase de redemocratização após um período ditatorial civil-militar e após crise do socialismo real. Mais especificamente, são lançados olhares sobre quatro governos (Fernando Collor, Fernando Henrique, Lula e Dilma Rousseff) por se tratarem de presidências eleitas nas respectivas cabeças de chapa e abrangerem gestões fechadas (dado que último pleito, de 2018, ainda segue em curso) no período analisado.

Expostas a fundação da teoria liberal e sua metamorfose até o século XX, serão brevemente pontuadas as ações de governos notórios por representarem esta adesão à filosofia liberal como conjunto de ações em um espectro político de direita, em especial a partir dos anos 60 e 70 do século XX. Mais especificamente, são referidos os governos de Ronald Reagan e Margaret Thatcher que, antes deles próprios, já tinham como referencial o caso chileno, tal qual um laboratório para políticas neoliberais iniciado de forma sangrenta em uma ditadura civil-militar na sequência de um governo anterior em oposição no espectro político.²

² Referência aqui ao governo de Salvador Allende, presidente eleito pelo Partido Socialista chileno que com sua política de “via chilena para o socialismo” propunha a passagem do sistema capitalista para o socialista em seu país através da “ascensão do proletariado na nova sociedade que se construiria, o rompimento com as velhas instituições, a edificação de novas forças produtivas, as novas formas de democracia, etc.”. (BORGES, 2005, p. 16)

Entende-se que o termo “liberal” é polissêmico, na medida em que teve diferentes entendimentos por diversos autores ao longo do tempo até os dias atuais, em que prossegue levantando conjecturações a seu respeito, tanto em termos filosóficos quanto em termos de análises sobre políticas públicas.

Importante lembrar que este trabalho analisa a definição de parâmetros mínimos para identificação de marcadores neoliberais. Não se trata, claro, de um trabalho definitivo sobre o que é uma fala, publicação ou personagem categoricamente neoliberal, mas tão somente para encontrar elementos desta ideologia. É, assim, destacar que a linguagem (falada e/ou escrita) destaca elementos identificáveis de uma certa ideia que pode apresentar, por exemplo, linhas-mestras em termos de entendimento de um governante acerca de política e economia para desenvolvimento de um país. Emblemático desta relação entre linguagem e ideologia é o que destaca Michael Freeden:

De um modo similar as ideologias, que se expressam primeiramente por meio da linguagem, podiam ser vistas como fenômenos que contém suas próprias particularidades gramaticais. Mais ainda, as palavras – e combinações de palavras – portavam significados específicos: seus sons e letras (os símbolos) indicavam algo mais do que estava sendo no significado. (FREEDEN, 2003, p. 45)

Portanto, não é o liberalismo um termo/significante com ausência de entendimento definido, e nem algo que deve sua existência a tomar emprestado o que representa de outros significantes. Em verdade, o que há é um cabedal teórico (clássico e contemporâneo) que viabilize um entendimento do que é o liberalismo, seus fundamentos e pensadores, e de como este vai se transformando ao longo do tempo até chegar o momento em que se torna o embasamento teórico para a elaboração e implementação de políticas públicas nos séculos XX e XXI, em especial após a crise do mundo socialista com a queda do muro de Berlim e desintegração da União Soviética.

DEIXAI FAZER, DEIXAI PASSAR, DEIXAI CAMINHAR O MUNDO POR SI MESMO

A frase que dá título a esta seção é um notório epíteto que se liga e ilustra o surgimento do liberalismo, bem como seus valores, ao menos um deles: a total liberdade, num sentido de desregulação para diferentes atividades no mundo. Mais

especificamente, seria a liberdade em associação com o individualismo formando pilares do liberalismo, marcando a preponderância do indivíduo frente à coletividade.

Em outros termos, frente a um poder estatal sob uma égide liberal, um governo teria grandes limitações em suas pretensões de lançar normas que de alguma maneira interferissem na vida de seus cidadãos. Trata-se, portanto, de liberdades negativas, o direito de não-interferência do Estado em diferentes aspectos da vida de seus governados, como questões comerciais e tributárias.

Sendo este um trabalho que bebe da fonte de análise e revisão sobre ideologias, é impossível não fazer comparativos com outras lentes ideológicas que, não à toa, podem gerar confusão, dados alguns elementos similares que os compõem, mas podem também muito explicar sobre um dado conjunto de ideias.

Em estudos sobre as características das ideologias, ao tratar acerca de desregulação do Estado sobre o indivíduo, é muito comum nos remetermos ao perfil do anarquismo, afinal:

A ideologia anarquista baseia-se no princípio de que a autoridade política é nociva e desnecessária em todas as suas formas, em especial na forma de Estado. Os anarquistas, portanto, aspiram a criação de uma sociedade sem a presença dele, por meio da abolição da lei e do governo. Eles consideram o Estado nocivo porque, como repositório da autoridade soberana, compulsória e coerciva, ele é uma ofensa aos princípios de liberdade e igualdade. Dessa forma, o valor fundamental do anarquismo é autonomia pessoal irrestrita. Também consideram o Estado desnecessário porque acreditam na possibilidade de a ordem e a harmonia social surgirem natural e espontaneamente, não tendo de ser impostas “de cima para baixo” pelo governo. Isso chama atenção para o caráter utópico do pensamento anarquista, que se reflete sobretudo em pressuposições extremamente otimistas acerca da natureza humana. (...) O anarquismo baseia-se em duas tradições ideológicas bem diferente: o liberalismo e o socialismo, e tal fato resultou em duas formas antagônicas de anarquismo o individualista e o coletivista. (HEYWOOD, 2010, p. 179)

Porém, há um ponto essencial na diferenciação entre anarquismo e liberalismo. Enquanto o primeiro critica profundamente o sistema de acumulação capitalista como ferramenta para obtenção da liberdade, o liberalismo surge e se fortalece na ideia de que é a partir da acumulação de propriedade que se obtém o reconhecimento social e a liberdade do indivíduo, resultados de sua merecida e individualizada proatividade em não se deixar abater pelos percalços da existência para se destacar, em especial materialmente.

É compreensível como o anarquismo se assemelha mais ao comunismo em termos de crítica ao capitalismo e fim do Estado, do que com o liberalismo, que também critica o Estado, porém, não tão em demasia que totalmente desdenhe de sua existência para exatamente poder garantir os valores liberais. Neste sentido, muito mais devedor de Quesnay do que de Proudhon ou Bakunin é o liberalismo, ou seja, foram fisiocratas os que lançaram as bases para os fundadores do liberalismo.

QUANDO A AGRICULTURA PROSPERA, TODAS AS OUTRAS ARTES FLORESCEM COM ELA³

A fisiocracia, primeira escola de economia científica, foi a teoria que colaborou para a formação da ideologia liberal. Contudo, sua importância só teve um destaque e reabilitação no sentido de reconhecimento de importância na contribuição teórica por parte de Karl Marx:

A doutrina fisiocrática do Dr. Quesnay constitui a transição do sistema mercantilista para Adam Smith. A *fisiocracia* é, de modo imediato, a dissolução nacional-econômica da propriedade feudal, mas, precisamente por isso, é, de modo imediato, a transformação nacional-econômica, a recomposição (*Wiederherstellung*) da mesma, agora com uma linguagem que se torna econômica, e não mais feudal. Toda a riqueza é resolvida na terra e no cultivo da terra; (agricultura) a terra não é ainda capital, ela é ainda um modo particular de existência do mesmo, que deve valer em sua e pela sua particularidade natural; mas a terra é, contudo, um elemento universal-natural, ao passo que o sistema mercantilista somente conhece como existência da riqueza o metal nobre. O objeto da riqueza, sua matéria, recebeu logo, portanto, a mais alta universalidade no interior da fronteira natural – enquanto que com a natureza é, imediatamente, riqueza objetiva. E a terra só é para o homem mediante o trabalho, a agricultura. Desta forma, a essência subjetiva da riqueza já é transferida para o trabalho. A agricultura é, porém, ao mesmo tempo, o trabalho unicamente produtivo. Assim, o trabalho não é ainda apreendido em sua universalidade e abstração, ainda está ligado a um elemento natural particular como [sendo] sua matéria, portanto ele também ainda é reconhecido apenas num modo de existência particular determinado pela natureza. (MARX, 2010, p. 101)

Essa obra de Marx se trata de uma compilação de textos em cadernos que tinham como principal análise a economia, principalmente em Adam Smith. Desta forma, era reconhecido o valor da fisiocracia como uma doutrina que explicava a transição entre o

³ A citação foi proferida por Sócrates e está presente na abertura da obra Quadro econômico dos fisiocratas, de François Quesnay (PETTY e QUESNAY, 1996, p. 211). E a escolha pela citação parece ter sido bem apropriada, pois reflete e resume bem a fisiocracia: a propriedade da terra como medida para o trabalho e a riqueza.

mercantilismo e a ideologia liberal. E mais, em sua análise marca a passagem do modo de produção feudal para o início do modo de produção capitalista.

Em sua crítica, Marx destacava que era a busca da riqueza o que movia o sistema econômico antes do liberalismo. Porém, como era a terra/propriedade agrícola a fonte da prosperidade para fornecer insumos para a sociedade, havia limitações demarcadas tanto pela obriedade da finitude do solo quanto pelas limitadas capacidades naturais que o seu cultivo permitia. Assim, não se poderia acumular indefinidamente o solo. E onde não houvesse, ou fosse mínima, a possibilidade de trato da terra, certamente não seria interessante seu cultivo. Portanto, é explicitado que o conceito de trabalho trazido pelos fisiocratas dava-se no entendimento de uma necessária relação com a produção agrícola e não em sentido mais amplo, como de toda e qualquer atividade laboriosa (ligada ou não à agricultura) vendida e objetivando a oferta de um produto ou serviço a ser revendido para adquirir lucro no processo.

Como alternativa ao trabalho agrícola, se destacava pelo século XVI a atividade comercial, sendo o dinheiro a nova referência de riqueza, e com um grande diferencial em relação à terra – a falta de limites para sua acumulação. Um processo de geração de valor bem explicitada da seguinte forma, quando Marx expõe características do mercantilismo, início do capitalismo (comercial) e seu desenvolvimento para o capitalismo industrial:

O valor se torna, assim, valor em processo, dinheiro em processo e, como tal, capital. Ele sai da circulação, volta a entrar nela, conserva-se e multiplica-se em seu percurso, sai da circulação aumentado e começa o mesmo ciclo novamente. D-D, dinheiro que cria dinheiro – *money which begets money* – é a descrição do capital na boca de seus primeiros intérpretes, os mercantilistas. Comprar para vender, ou, mais acuradamente, comprar para vender mais caro, D-M-D, parece ser apenas um tipo de capital, a forma própria do capital comercial. Mas também o capital industrial é dinheiro que se transforma em mercadoria e, por meio da venda da mercadoria, retransforma-se em mais dinheiro. Eventos que ocorram entre a compra e a venda, fora da esfera da circulação, não alteram em nada essa forma de movimento. Por fim, no capital a juros, a circulação D-M-D aparece abreviada, de modo que seu resultado se apresenta sem a mediação ou, dito em estilo lapidar, como D-D, dinheiro que é igual a mais dinheiro, ou valor que é maior do que ele mesmo. (MARX, 2011, p. 289)

A teoria de valor, portanto, não foi consistentemente formulada na fisiocracia. No entanto, não significa que não tenha lançado questões teóricas de reflexão para o liberalismo. Pois, se por um lado, fisiocratas promoviam um sistema tendo por centro a

natureza – em especial a terra agrícola – como fonte da riqueza; o liberalismo a partir de Adam Smith, já destacaria o indivíduo, sua iniciativa e uma nova noção de acumulação, o capital, como mobilizadores da economia e da sociedade.

Para a fisiocracia havia a consideração a respeito da divisão em três classes que comporiam aquela sociedade, tal qual afirmou o próprio Quesnay: “A nação se reduz a três classes de cidadãos: a classe produtiva, a classe dos proprietários e a classe estéril.” (PETTY e QUESNAY, 1996, p. 211). Assim, Smith elabora sua análise para uma situação mais ampla de relação não entre classes, mas para duas categorias de indivíduos, empregador e trabalhador, em uma relação do que seria estabelecido como pagamento (salário) a ser pago ao trabalhador.

Ademais, o termo “laissez-faire” nasce na fisiocracia, pois já defendia um Estado mínimo, porém não menos que o necessário para promoção da atividade agrícola e da defesa da propriedade do proprietário do principal meio de produção (o solo). Tais características remetem ao que o liberalismo iria desenvolver para proteção da propriedade privada e da acumulação ilimitada referente ao que as propriedades permitissem negociar, portanto, para além da terra como referência, dado que seria a era do capital em seu nascedouro.

INVESTIGANDO AS CAUSAS DA RIQUEZA

Um ponto curioso a destacar na relação entre as produções de François Quesnay e Adam Smith é que ambos foram contemporâneos. Suas obras-primas, “Quadro Econômico” e “A Riqueza das Nações”, separam-se por um período de apenas 17 anos (respectivamente, 1759 e 1776). Inclusive, ambos os pensadores travaram contato pessoal em 1764, rendendo troca de pensamentos que colaboraram para as reflexões de Smith em sua obra de 12 anos depois.⁴

O contato com fisiocratas e iluministas franceses ajuda a entender como a teoria econômica elaborada com Smith fez com que a ideologia liberal também tivesse relação

⁴ O tradutor Norberto de Paulo Lima relata este evento na introdução ao livro traduzido de Adam Smith, quando discorre brevemente sobre uma viagem de Smith à Toulouse, na França, passando pela Suíça no caminho: “Nesta viagem, não só teve contato com Voltaire, na Suíça, como com os fisiocratas franceses, os primeiros teóricos reais da economia, e os primeiros a se denominarem *Économistes*. Já estava familiarizado com as suas teses, e Hume abriu-lhe as portas dos círculos letrados, praticando com o próprio Quesnay, Necker, d’Alembert, Helvetius, Marmontel, e mesmo Turgot.” (SMITH, 2017, p. 7)

com o iluminismo. Afinal, tanto em um pensamento quanto no outro se encontra como ponto de interseção o valor à liberdade e à ação do indivíduo, sendo ilustrativo o que dizia Kant em um de seus textos, justamente de título “Resposta à pergunta: O que é o iluminismo?”

Iluminismo é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria, se a sua causa não residir na carência de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo, sem a guia de outrem. *Sapere aude!* Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do Iluminismo. (KANT, 1784, p. 5)

Não a coletividade, mas a iniciativa individual é utilizada como métrica para a superação de obstáculos e destaque na sociedade. E tal iniciativa tem a recompensa do sucesso mediante o quanto de acúmulo de capital (proveniente da terra fisiocrata ou do capital comercial do século XVIII) se poderia obter e gradativamente incrementar com a passagem do tempo, mesmo que pautado pela aceitação de que muitos homens poderiam não se ver envolvidos por esta proatividade, pelo menos não ao ponto de levá-lo aos louros da fortuna (tanto do ponto de vista social quanto pecuniário, uma relação necessária sob o ponto de vista liberal). E mesmo na retomada dos valores clássicos do século XVIII, o neoliberalismo terá, entre outros elementos, a liberdade individual como um de seus grandes fatores. E esta liberdade, juntamente com a dignidade, “são por si mesmos profundamente valiosos e comoventes. Foram esses ideais que conferiram vigor aos movimentos dissidentes do leste europeu e da União Soviética antes do final da Guerra Fria.” (HARVEY, 2005, p. 15).

Assim como a individualidade e a liberdade são primordiais para o liberalismo, também o são: razão, justiça e tolerância. E tais pressupostos se escoram nas análises de Andrew Heywood em suas explanações sobre características de ideologias clássicas.

Há uma forte relação da individualidade com o entendimento sobre meritocracia. Isto ocorre na medida em que o indivíduo ganha destaque social e financeiro mediante o sucesso de suas ações. O mérito é construído, a despeito das adversidades do empreendimento. Contudo, é importante destacar que a meritocracia, em especial, foi

um termo cunhado no século XX⁵, e serviu muito mais à retomada dos valores clássicos no neoliberalismo do que em uso categórico nos séculos XVIII e XIX.

Trata-se da liberdade em relação com a propriedade, ou seja, ser livre para acumular sem estar limitado por diretrizes religiosas ou governamentais, que de forma alguma representa a inexistência de um Estado, mas sim a presença dele desde que em suas leis não seja afetada a vontade do indivíduo em seguir o próprio caminho e acumular.

Frente ao acima exposto, são ilustrativas as passagens da obra do final do século XVII de John Locke:

...ou seja, uma liberdade para cada um fazer o que lhe aprouver, viver como lhe agrada e não estar submetido a lei alguma. Mas a liberdade dos homens sob um governo consiste em viver segundo uma regra permanente, comum a todos nessa sociedade e elaborada pelo poder legislativo nela erigido: liberdade de seguir minha própria vontade em tudo quanto escapa à prescrição da regra e de não estar sujeito à vontade de outro homem. Assim como a liberdade da natureza consiste em não estar sujeito a restrição alguma, senão à da lei da natureza. [...] Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma "propriedade" em sua própria "pessoa"; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo. Podemos dizer que o "trabalho" do seu corpo e a "obra" das suas mãos são propriamente seus. Seja o que for que ele retire do estado que a natureza lhe forneceu e no qual o deixou, fica-lhe misturado ao próprio trabalho, juntando-se-lhe algo que lhe pertence e, por isso mesmo, tornando-o propriedade dele. Retirando-o do estado comum em que a natureza o colocou, anexou-lhe por esse trabalho algo que o exclui do direito comum de outros homens. Desde que esse "trabalho" é propriedade indiscutível do trabalhador, nenhum outro homem pode ter direito ao que foi por ele incorporado, pelo menos quando houver bastante e igualmente de boa qualidade em comum para terceiros. (LOCKE, 1998, p. 402)

Outro autor que ilustra a conceituação de liberdade foi Stuart Mill, ao afirmar que o “único propósito de exercer poder legítimo sobre os membros de qualquer comunidade civilizada, contra a vontade deles, é evitar danos a outros.” (MILL, 2017, p. 63).

Há de se considerar que as categorizações que compõem o entendimento sobre o liberalismo para este trabalho (sintetizada em tabela comparativa ao final) formam

⁵ A origem do termo se deve à obra, publicada pela primeira vez em 1958, “The Rise of Meritocracy” (YOUNG, 2017).

um conjunto de elementos interseccionais, portanto, tem uma relação de mescla onde a importância e significado de uma só ganham corpo na relação com as demais.

O liberalismo, por influência do iluminismo, se marca também pela aversão ao obscurantismo. É ser contrário a explicações metafísicas – em especial de caráter religioso –, sem fundamentos científicos que explicassem uma lógica para suas ocorrências.

Se é todo homem livre e merecedor da liberdade para desenvolver diferentes habilidades dentro do tanto quanto for capaz, este homem naturalmente vai procurar se destacar dentre os demais. E se busca prosperidade material, deve antes entender que esta será um reflexo, ou seja, consequência do aguçamento de sua capacidade racional. É poder argumentar e identificar problemas, propor soluções e resolvê-los, admitindo a ocorrência de erros ou mais, esperando que eles aconteçam como eventos não esperados, sendo importantes para aprendizagem e aprimoramentos intelectual e moral.

É a categoria da justiça um elemento do liberalismo clássico que também remete aos pressupostos da meritocracia, na medida em que oferece a cada indivíduo o que lhe é devido em recompensa ao seu esforço. Trata-se de um entendimento de justiça que também reflete o entendimento acerca de igualdade sob o referencial liberal, onde admitem-se igualdades jurídicas, políticas e de oportunidades em que:

A primeira enfatiza a “igualdade perante a lei” e afirma que todos os fatores não jurídicos são totalmente irrelevantes ao processo de decisão jurídica. A segunda é expressa na ideia de “uma pessoa, um voto; um voto, um valor”, e sustenta o compromisso liberal com a democracia. Em terceiro lugar, os liberais endossam a crença na igualdade de oportunidades. Cada indivíduo deve ter as mesmas chances de ascender na escala social. (HEYWOOD, 2010, p. 46)

Percebe-se que há limitações ao liberalismo, no sentido de considerar desigualdades sociais e econômicas estruturantes que geram diferentes formas de acesso a oportunidades que, portanto, uma visão mais crítica da meritocracia faz perceber que, em verdade, há diferentes métricas sociais para cada tipo de pessoa ou grupo que possuem diferentes recursos já desde seus berços.

E, como último tópico das categorizações, está a tolerância. Esta é entendida como representação de um pressuposto para a liberdade pretendida, que se constrói da

argumentação, do debate e, naturalmente, não há debate se não houver a consideração pelo contraditório, eventual divergência de ideias.

Importante lembrar a razão (forte influência do iluminismo) entre pressupostos do liberalismo clássico que se pauta pela investigação e argumentação científicas que só se moldam pela experimentação. Ou seja, trata-se do constante processo de tentativa e erro, não apenas sob uma ótica de ações laboratoriais, mas também pela crítica que se coloca na exposição de pensamentos e resultados perante outros homens, com intuito de buscar a oportunidade de se autoafirmar na certeza do método aplicado ou na consideração de melhores entendimentos outrora não vistos.

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E IMPERIALISMO

Com a revolução industrial do século XVIII, passou-se a desenvolver a indústria como nova frente para acumulação capitalista e liberal, passando a mesclar-se com o capitalismo comercial. Tal desenvolvimento foi a tônica de países desenvolvidos economicamente e que acabaram por gerar um sistema desigual em termos de injusta balança comercial internacional, como a praticada com a América Latina em termos de compra de matérias-primas de americanos e oferta de produtos industrializados e maquinário industrial, portanto, a compra de materiais a preços bem menores do que os oferecidos pelo processamento industrial.⁶

A partir deste momento, visando novos mercados consumidores, tratava-se da iniciativa de governos para dominar política, econômica e militarmente diversas regiões do planeta. Era a formação de monopólios globais, como bem resume Lênin:

Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1. Décadas de 1860 e 1870, o grau superior culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis; 2. Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro; 3. Ascenso do final do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica. O capitalismo transformou-se em imperialismo. (LENIN, 2010, p. 23)

⁶ Interessante passagem do livro do historiador Eric Hobsbawm destaca um relevante interesse de investimentos na América Latina em fins do século XIX: “O investimento estrangeiro na América Latina atingiu níveis assombrosos nos anos 1880, quando a extensão da rede ferroviária argentina foi quintuplicada, e tanto a Argentina como o Brasil atraíram até 200 mil integrantes por ano.” (HOBSBAWM, 2005, p. 59)

Com o crescimento desenfreado das nações europeias – desenvolvidas industrialmente na busca por mercados consumidores pelo planeta –, não tardaram a surgir tensões entre estes países sobre direitos dos quais se autoproclamavam detentores a respeito de regiões nos continentes africano e asiático. Assim, se o findar do século XIX e início do seguinte ainda não tiveram o início de um embate direto, já se mostrava uma escalada nos intentos armamentistas, oriunda das capacidades industriais e armamentistas destes países. O ápice desta “paz armada” foi já não ser a diplomacia a saída pacífica para resolução de divergências. Assim, a I Guerra Mundial foi o resultado do imperialismo, cria do liberalismo.

Esfacelada pela guerra que arrasava territórios e populações de civis e militares, paradigmas também eram quebrados. Neste sentido, a Revolução Bolchevique de 1917 trazia para o mundo a primeira de diversas nações que se proclamariam socialistas, apresentando ao mundo uma alternativa a um velho mundo capitalista e liberal.

Não bastando o forte impacto de múltiplos aspectos (militar, político, econômico e de paradigmas) ocasionado pela “Grande Guerra”, ainda houve sua continuação com a Segunda Guerra Mundial, conflitos estes entremeados pela quebra da bolsa de Nova Iorque (1929), uma crise de superprodução. Curioso caso em que algumas das características de uma economia liberal – produção em massa, consumismo e especulação financeira – foram justamente os causadores da maior recessão financeira da história do mundo, afetando todo o mundo capitalista. Portanto, grande ponto contra o liberalismo e um fortalecimento para alternativas, como o socialismo e as nações da recentemente formada União Soviética.

No entanto, a filosofia liberal teve seus alicerces afetados pelos conflitos e instabilidades financeiras da primeira metade do século em questão, não como um processo de enfraquecimento, tal qual uma morte por inanição. Ao contrário, seus princípios voltariam a ser repensados para uma nova roupagem que o permitisse ser aplicado para ainda além do que se viu entre os séculos XVIII e XIX. A ideia seria uma nova ordem mundial.

GLOBALISTAS E A NOVA ORDEM MUNDIAL

Dois momentos foram cruciais para a formação do neoliberalismo: o Colóquio Walter Lippmann e a formação da Sociedade de Mont Pèlerin.

De igual maneira que o socialismo se mostrava uma alternativa para o povo trabalhador em contraposição ao mundo liberal, pela extrema-direita o fascismo também avançava, sobretudo em países como a Itália e a Alemanha das décadas de 1920 e 1930. Neste contexto, ocorreu o chamado Colóquio Walter Lippmann (Paris, 1938), marco para o surgimento de reflexões sobre o liberalismo clássico e do que se iria propor a partir daquele momento, em um contexto global de crise da democracia e do liberalismo.

Com a participação de diversos pensadores, o colóquio foi um evento de intelectuais de diferentes áreas, mas que se denotava como “um grupo organizado de indivíduos trocando ideias dentro de uma estrutura comum”⁷ (SLOBODIAN, 2018, p. 4, tradução nossa). No caso, um esforço envidado para repensar os fundamentos do liberalismo para uma nova época em contraposição ao que consideravam extremismos de esquerda (estalinismo) e de direita (fascismo).

Podemos dizer que se tratava de um intento em refletir sobre algum tipo de terceira via que, contudo, tinha muito mais a dever ao capitalismo do que a qualquer proximidade com valores típicos de esquerda, como justiça social, críticas à acumulação exacerbada e forte influência de instituições financeiras.

Se destacaram nomes como o de Ludwig Von Mises e Frederick Hayek, que estiveram também presentes em outro evento de importância para o repensar liberal, a formação da Sociedade de Mont Pèlerin (Suíça, 1947). Desta forma, se no momento anterior se pensava em como elaborar uma ideologia que entremeasse extremismos políticos, ao fim da Segunda Guerra, a derrota do fascismo havia moldado a definição de inimigo e de que lados se colocariam enfim os pensadores de Walter Lippmann. A Guerra Fria iniciava, opondo de maneira clara e direta duas ideologias e modelos econômicos que lutavam pela hegemonia mundial: capitalismo e socialismo. Contudo, mesmo o polo do capitalismo mundial (Estados Unidos) desde os anos 30 havia aderido a um maior intervencionismo estatal como maneira de superar a crise gerada pelo “crack” da bolsa de Nova Iorque e reaquecer a economia. Juntamente à entrada e vitória

⁷ Do original: “an organized group of individuals exchanging ideas within a common intellectual framework.”

dos estadunidenses no novo conflito mundial, um novo modo de governar embasava o crescimento econômico daquele país e assim se sustentaria pelas décadas seguintes. É o que Andrew Heywood intitula de liberalismo moderno, também conhecido como keynesianismo, oriundo das propostas do economista John Maynard Keynes.

Já sendo o keynesianismo uma modalidade que se distinguiu do liberalismo clássico, ainda que não fosse a tônica do que viria a ser definido como neoliberalismo, havia um sinal de um elemento presente nas elocubrações a respeito dos homens de Walter Lippman e que na formação de Mont Pèlerin ganharia corpo: a legitimação do Estado.

O surgimento de um Estado proativo por uma democracia liberal, certamente em concepção avessa do representado por um governo popular socialista, não se confunde com um Estado categoricamente intervencionista, como que a postos para intervir em diferentes aspectos da vida dos cidadãos. Mais especificamente, trata-se de um Estado neoliberal que se marca pela necessidade de se firmar dentro uma determinada ordem, daí também ser conhecido como “ordoliberal”, que demanda instituições legais-estatais para justamente garantir o capitalismo e, portanto, para fazer mover e garantir as políticas de mercado.

Desse último ponto de vista, “existe na verdade apenas um capitalismo, já que existe apenas uma lógica do capital”; mas do ponto de vista ordoliberal, que já era o de Rougier, “a história do capitalismo somente pode ser uma história econômico-institucional”, e não da figura que dita a lógica da acumulação do capital. A implicação política dessa consideração é manifesta: longe de o impasse dessa figura do capitalismo ser o impasse do “capitalismo *tout court*”, abre-se todo um campo de possibilidades diante dela, desde que trabalhe em favor de certas transformações econômicas e políticas. Obra da vontade, e não produto de uma evolução cega, a ordem de mercado é, pois, parte de um conjunto coerente de instituições conformes com a moral. Os ordoliberais não são os únicos na época a romper com a perspectiva naturalista do velho *free trade*, mas caracterizam-se por ter sistematizado teoricamente esse rompimento. (LAVAL e DARDOT, 2016, p. 105)

No que se mostra como um aprendizado de lições passadas de um liberalismo que fez parte da influência de nações industrializadas da Europa e América, bem como pelo discurso internacionalista do socialismo que apregoava libertar trabalhadores do mundo de seus grilhões, as reflexões dos eventos da Paris de 1938 e da Suíça de 1947 levavam à formação de uma “internacional liberal”. Aqui trata-se do sentido de justamente pensar na forma de uma ordem liberal global, pensada sobre os

pressupostos clássicos dos séculos XVIII e XIX, porém não se limitando em apenas recuperá-la e reaplicá-la, mas, além, criticando ferozmente sua maior nêemese, o socialismo, bem como os pressupostos de um liberalismo moderno keynesiano, que entravariam, afinal, um dos fundamentos do liberalismo em quaisquer de suas versões, a liberdade. No caso, uma liberdade, sob a ótica neoliberal, que marca o dever de um Estado atuar de maneira regulada constitucionalmente para garantir um governo favorável às flutuações do mercado e suas influências na sociedade, a despeito de desigualdades geradas. E, em verdade, as próprias fronteiras nacionais não devem ser limitadoras de qualquer integração liberal, muito pelo contrário.

Uma autoridade internacional que limite de modo efetivo o poder do Estado sobre o indivíduo será uma das melhores salvaguardas da paz. O Estado de Direito internacional deve tornar-se uma proteção tanto contra a tirania do estado sobre o indivíduo, como contra a tirania do novo superestado sobre as comunidades nacionais. Nossa meta não deve ser nem um superestado onipotente, nem uma frouxa associação indefinida de “nações livres”, mas uma comunidade de nações formadas de homens livres. Durante muito tempo, afirmamos que se tornara impossível adotar aos negócios internacionais uma linha de ação que nos parecia aconselhável, porque os outros recusavam entrar no jogo. O acordo a ser estabelecido constituirá uma oportunidade de mostrarmos que fomos sinceros e que estamos prontos a aceitar as mesmas restrições à nossa liberdade de ação que, no interesse comum, achamos necessário impor aos outros. (HAYEK, 2010, p. 218)

Os liberais do século XX tiveram suas divergências sem, contudo, deixarem de se denotar pelo envidamento de esforços intelectuais favoráveis a um ideal comum; globalizar o princípio ordoliberal.

Esse grupo teve suas cisões internas, como mostram os trabalhos citados. Além da política monetária e da economia do desenvolvimento, porém, a questão da governança internacional e global foi surpreendentemente negligenciada nessas histórias. Embora houvesse diferenças entre esses pensadores, meu argumento é que podemos discernir os traços gerais de uma prescrição coerente para o mundo ordem em seus escritos e ações. Globalizando o princípio ordoliberal de "pensar em ordens", seu projeto de pensar em ordens mundiais ofereceu um conjunto de propostas destinadas a defender a economia mundial de uma democracia que se tornou global apenas no século XX - produzindo um estado de coisas e um conjunto de desafios que seus predecessores, os liberais clássicos, jamais poderiam ter previsto⁸. (SLOBODIAN, 2018, p. 4, tradução nossa)

⁸ Do original: “This group was not without its internal rifts, as the works cited have shown. Apart from monetary policy and development economics, though, the question of international and global governance has been surprisingly neglected in these histories. Although there were differences among these thinkers, my contention is that we can discern the broad strokes of a coherent prescription for world

Com os fundamentos teóricos estabelecidos do que se passou a ser intitulado como modelo neoliberal ou neoclássico, a demanda agora seguia no sentido de implementação dos fundamentos do agrupamento de Hayek, Mises e Friedman. Neste sentido, ganharam destaques os governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Contudo, antes mesmo destes governantes e suas medidas, o primeiro grande laboratório para os desígnios neoliberais coube ao Chile e aos pensadores neoliberais formados na Universidade de Chicago.

LABORATÓRIO E IMPLEMENTAÇÃO

Tendo sido democraticamente eleito em 1970 pela coalizão de partidos de esquerda *Unidade Popular*, Salvador Allende alcançou a presidência do Chile com propostas de reforma agrária e nacionalização de indústrias num escopo de governança que se intitulou como “via chilena para o socialismo”.

Aquele era um período de alta tensão caracterizada como a luta hegemônica global marcada pela Guerra Fria. Em especial, no contexto latino-americano dos anos setenta que já tinha dado mostras de resistência e movimentos armados em prol de alternativas ao capitalismo (sendo grande exemplo a vitória da revolução cubana de 1959), ter no Chile mais um governante declaradamente de esquerda representava uma nova ameaça ao “status quo” da direita, em especial representada pelos Estados Unidos. E uma característica a mais reforçava os temores pelo novo governo chileno: tendo sido eleito, o novo governante chegou ao poder legitimado pela escolha do povo nas urnas. Desta forma, não haveria de imediato cabimento para críticas a um governo eventualmente desacreditado se fosse o caso de ter se formado pela ação de grupos armados.

Ademais, uma característica comum com a ditadura brasileira de 1964, em ambos os casos não foram golpes de Estado apenas tramados e implementados por membros da caserna. Foram ditaduras civis-militares, pelos suportes diretos de grupos

order in their writings and actions. Globalizing the ordoliberal principle of “thinking in orders,” their project of thinking in world orders offered a set of proposals designed to defend the world economy from a democracy that became global only in the twentieth century— producing a state of affairs and a set of challenges that their predecessors, the classical liberals, could never have predicted.”.

civis (religiosos, empresariais e de parte da classe média) nacionais e estrangeiros em ações brutais contra agrupamentos representativos da sociedade:

O golpe contra o governo democraticamente eleito de Salvador Allende foi patrocinado por elites de negócios chilenas ameaçadas pela tendência de Allende para o socialismo. Foi apoiado por corporações dos Estados Unidos, pela CIA e pelo secretário de Estado Henry Kissinger. Reprimiu com violência todos os movimentos sociais e organizações de esquerda e desmontou todas as formas de organização popular (como os centros comunitários dos bairros mais pobres). O mercado de trabalho foi "liberado" de restrições regulatórias ou institucionais (o poder sindical, por exemplo). (HARVEY, 2005, p. 17)

O Chile, na visão dos que impetraram o golpe de 1973, foi *salvo* de intentos socialistas em uma ação armada, com intuito de realinhá-lo ao “mundo livre”. E, neste processo, logo surgiram os questionamentos de como proceder para iniciar as ações que objetivavam um crescimento econômico alinhado a fundamentos liberais. Era a oportunidade que se abria para a implementação de medidas de economistas estrangeiros da Escola de Chicago, que, com discursos privatistas, instalaram-se e predominaram em uma instituição privada chilena como “*think tanks*” que ajudariam a formar outros núcleos.

Um grupo de economistas conhecidos como "the Chicago boys", por causa de sua adesão às teorias neoliberais de Milton Friedman, então professor da Universidade de Chicago, foi chamado para ajudar a reconstruir a economia chilena. É interessante a história de como eles foram escolhidos. Os Estados Unidos tinham financiado o treinamento de economistas chilenos na Universidade de Chicago desde os anos 1950 como parte de um programa da Guerra Fria destinado a neutralizar tendências esquerdistas na América Latina. Os economistas treinados em Chicago vieram a obter o domínio na Universidade Católica, entidade privada, de Santiago. No começo dos anos 1970, as elites dos negócios organizaram sua oposição a Allende através de um grupo chamado "Clube de Segunda-Feira" e desenvolveram uma relação de trabalho com esses economistas, financiando seu trabalho através de institutos de pesquisa. Depois de o general Gustavo Leigh, rival de Pinochet para ocupar o poder, e keynesiano, ser afastado em 1975, Pinochet levou esses economistas para o governo, onde seu primeiro trabalho foi negociar empréstimos com o Fundo Monetário Internacional. Trabalhando em parceria com o FMI, reestruturaram a economia de acordo com suas teorias. Reverteram as nacionalizações e privatizaram os ativos públicos, liberaram os recursos naturais (pesca, extração de madeira, etc.) à exploração privada e não-regulada (em muitos casos reprimindo brutalmente as reivindicações das populações indígenas), privatizaram a seguridade social e facilitaram os investimentos estrangeiros diretos e o comércio mais livre. (HARVEY, 2005, p. 18)

De *via chilena para o socialismo* passou-se a “laboratório chileno para o neoliberalismo”. Assim, este neoclassicismo liberal não se imiscuia de lançar mão da violência física, desrespeito a direitos humanos básicos e concentração de renda para se estabelecer em medidas de governo e de Estado, ou seja, a ideia era instituir um projeto estrutural.

Ainda que a situação chilena tenha sido precursora na segunda metade do século XX do neoliberalismo pensado décadas antes, uma lição tinha sido aprendida, uma lição a ser refletida e aplicada em centros hegemônicos de poder: a instauração dos pressupostos neoliberais pela democracia representativa, legitimada pelas urnas⁹. A partir desta consideração, destacam-se ícones de governos neoliberais no mundo ocidental: Inglaterra e Estados Unidos, representados pelas respectivas gestões de Margaret Thatcher (1979 a 1990) e Ronald Reagan (1981 a 1989).

Não sendo proposta deste trabalho efetuar uma revisão histórica dos modelos inglês e estadunidense de neoliberalismo dos anos 1980 e 1990, faz-se premente, contudo, um ilustrativo das atuações daqueles governantes, referências da ideologia neoliberal. Nesse sentido, muito colaboram as palavras de Perry Anderson na obra de Emir Sader e Pablo Gentil:

O que fizeram, na prática, os governos neoliberais deste período? O modelo inglês foi, ao mesmo tempo, o pioneiro e o mais puro. Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado. A variante norte-americana era bem distinta. Nos Estados Unidos, onde quase não existia um Estado de bem-estar do tipo europeu, a prioridade neoliberal era mais a competição militar com a União Soviética, concebida como uma estratégia para quebrar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. Deve-se ressaltar que, na política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão. Mas, decididamente, não respeitou a disciplina orçamentária; ao contrário, lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares

⁹ Mas a revolução neoliberal que se costuma atribuir a Thatcher e Reagan a partir de 1979 tinha de ser instaurada por meios democráticos. A ocorrência de uma mudança de tamanha magnitude exigia que se construísse antes o consentimento político num espectro suficientemente amplo da população para que se ganhassem eleições. (HARVEY, 2005, p. 49)

enormes, que criaram um déficit público muito maior do que qualquer outro presidente da história norte-americana. Mas esse recurso a um keynesianismo militar disfarçado, decisivo para uma recuperação das economias capitalistas da Europa ocidental e da América do Norte, não foi imitado. Somente os Estados Unidos, por causa de seu peso na economia mundial, podiam dar-se ao luxo do déficit massivo na balança de pagamentos que resultou de tal política. (ANDERSON, 1995, p. 3)

BRASIL À SOMBRA DO CONSENSO DE WASHINGTON

O ápice da convergência de pensamentos de Thatcher e Reagan se deu em 1989 com o chamado Consenso de Washington. Neste evento foram apresentadas propostas globais do que se pode chamar de “manual” para a implementação do neoliberalismo mundial.

Impulsionados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial, que almejavam a formulação de um receituário que esclarecesse requisitos para concessão de empréstimos e colaboração econômica a nações em estado de precariedade nas suas contas, o encontro na capital dos EUA veio como a oportunidade ideal. Afinal, representava o estabelecimento de diretrizes uniformes acerca do que países deveriam efetuar para, assim, apresentar garantias e capacidade de honrar pagamento de dívidas.

Tais eram as premissas estabelecidas naquele evento:

- Controle fiscal: cortar gastos, reduzir despesas e enxugar quantitativo de funcionários;
- Reformas: em especial para garantir menos tributação para empresas;
- Privatização de estatais: em diferentes setores, com intuito de impulsionar de maneira relevante a iniciativa privada;
- Revisão do protecionismo: com intuito de maior abertura a investimentos estrangeiros;
- Flexibilização de leis trabalhistas: promovendo desregulamentação estatal das relações entre capital e trabalho, sendo cada vez mais relegada a acordos sindicais e/ou mesmo direto de cada empregado com seu contratante.

O ano de ocorrência do evento marcou o contexto final de uma hegemonia global bipolar. A queda do Muro de Berlim (1989) e a própria dissolução da União Soviética (1991) marcaram o fim da Guerra Fria e o retrocesso do socialismo real, que perdia seu maior referencial e, assim, ficava relegada a um pequeno grupo de nações declaradamente socialistas. Se não representava o “fim da história” – termo notabilizado por Fukuyama (1992)¹⁰ – ou a constatação categórica de que para o neoliberalismo, nas palavras de Margaret Thatcher “não havia alternativa”, ao menos significava um forte retrocesso em termos de oposição ao capitalismo, e mais, a chegada de um momento há muito esperado e planejado desde o Colóquio Walter Lippmann. Mesmo para representações mais moderadas e reformistas da esquerda, o golpe foi grande para se impedir a onda neoliberal que, ainda que tivesse que combater resistências localizadas em movimentos sociais e partidos políticos oposicionistas, não teria mais um opositor global do porte soviético, como ilustram as palavras de Boaventura de Sousa Santos:

Os últimos anos mostraram que, com a queda do Muro de Berlim, não colapsou apenas o socialismo, colapsou também a social-democracia. Tornou-se claro que os ganhos das classes trabalhadoras das décadas anteriores tinham sido possíveis porque a URSS e a alternativa ao capitalismo existiam. Constituíam uma profunda ameaça ao capitalismo e este, por instinto de sobrevivência, fizera as concessões necessárias (tributação, regulação social) para poder garantir a sua reprodução. Quando a alternativa colapsou e, com ela, a ameaça, o capitalismo deixou de temer inimigos e voltou à sua vertigem predadora, concentradora de riqueza, armadilhado na sua pulsão para, em momentos sucessivos, criar imensa riqueza e destruir imensa riqueza, nomeadamente humana. (SANTOS, 2017, p. 24)

O esfacelamento do bloco soviético, portanto, foi oportunidade bem aproveitada para forte avanço do neoliberalismo pelo mundo. No esteio desta consideração, o Brasil não ficava de fora das reverberações desta atribulada conjuntura internacional dos anos 1980 e 1990.

¹⁰ Funcionário do Departamento de Estado Norte-Americano, Francis Fukuyama publicou, em 1989, polêmica obra onde avalia que a humanidade teria chegado a um máximo de sua evolução histórica com o triunfo da democracia liberal e a queda do comunismo soviético. Quer dizer, o reformismo soviético que teve como resultado a implosão do socialismo real europeu representou imenso terreno aberto para o consumismo global, marca do Ocidente capitalista. Em uma visão neoconservadora excessivamente otimista, a obra de Fukuyama apregoava o esgotamento de quaisquer alternativas para o capitalismo. Disto, contrapontos surgiram, onde se destacou a obra de Perry Anderson que esmiuça a obra do nipo-estadunidense ao ponto de identificar que o próprio “fim da história” admitia que uma economia de mercado bem-sucedida não era uma garantidora necessária de democracia política.

Por aqui, uma ditadura civil-militar de 20 anos chegava ao fim, deixando como legado um país estagnado economicamente, com uma inflação galopante e condições sociais precárias a serem resolvidas pelos governos da redemocratização.

Neste escopo de redemocratização com referências a uma bipolaridade política, é representativa a campanha presidencial de 1989 (a primeira após a promulgação da nova Carta Magna brasileira) que, ao colocar em disputa no segundo turno os candidatos Luís Inácio “Lula” da Silva (representando o PT) e Fernando Collor de Mello (pelo Partido da Reconstrução Nacional, PRN), teve, deste último, o seguinte trecho de fala em suas palavras finais no debate transmitido pela rede televisiva bandeirantes:

Mas ao final dessa minha participação, minha gente, eu gostaria de transmitir a vocês a minha enorme confiança de que continuaremos juntos no próximo dia dezessete. Sim. No dia dezessete nós daremos um não definitivo à bagunça, à baderna, ao caos, à intolerância, à intransigência, ao totalitarismo...à bandeira vermelha! Vamos dar sim à nossa bandeira, essa que está aqui, a bandeira do Brasil, a bandeira verde, amarela, azul e branca. Vamos cantar o nosso hino nacional e não a internacional socialista. (BAND JORNALISMO, 1989)

Ainda que tenham sido marcantes na história brasileira as privatizações do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), é importante lembrar que Collor foi o primeiro a implementar medidas neoliberalizantes no Brasil, que só viriam a se aprofundar com a gestão FHC. À sombra do Consenso de Washington, as medidas globais neoliberalizantes encontravam seus candidatos na política brasileira, com intuito de abertura para o mercado estrangeiro e revisão das políticas públicas, como afirma artigo de Wellington Nunes:

... a partir do início dos anos 1990, além do aumento dos fluxos financeiros e da disponibilidade de capitais, em um contexto externo, teria se afirmado, internamente, a “supremacia do neoliberalismo”. Tal supremacia poderia ser observada em um “ponto de inflexão” caracterizado pela “estruturação de um movimento em torno da necessidade de se romper com a ordem antiga” com vistas à “implantação de um modelo econômico centrado no mercado”. A referida ruptura teria ocorrido durante o governo Collor (1990-1992), com uma “drástica redefinição da agenda pública”, e se aprofundado no primeiro governo Cardoso (1995-1998). (NUNES, 2016, p. 69)

Entre os governos eleitos pós-ditadura, ocorre o período que Ricardo Antunes chama de desertificação neoliberal no Brasil, em que se pode perceber que, a despeito das fortes evidências de políticas neoliberalizantes por parte de Collor e FHC, a chegada

da esquerda ao poder nas eleições de 2002 não necessariamente representou totalmente um rompimento com as diretrizes do Consenso de Washington.

Ainda que se possa falar de um abrandamento de intentos neoliberais com o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), é importante destacar que houve diferenças de nuances entre as gestões, afinal, os 14 anos de gestão do PT na presidência foram de dois personagens (Lula e Dilma Rousseff) em quase dois governos completos, não fossem as articulações judiciárias e parlamentares que culminaram no impedimento da primeira mulher eleita para a presidência na história da política brasileira.

Sobre o momento que avalia o Partido dos Trabalhadores, que chega ao poder após mais de duas décadas de sua fundação e tem uma trajetória de robusta oposição a governos alinhados à ordem neoliberal, é destacado o seguinte pensamento:

O PT sofreu essa tempestade, oscilando entre a resistência ao desmonte e a assunção da moderação. Ao mesmo tempo em que ainda lutava contra o receituário e a pragmática neoliberais, aumentava sua imersão e mesmo sujeição aos calendários eleitorais, atuando no leito da institucionalidade e deixando de se calibrar pelo termômetro social. De partido de esquerda contra a ordem foi, pouco a pouco, metamorfoseando-se em partido dentro da ordem. As derrotas eleitorais de 1994 e 1998 intensificaram seu transformismo, enquanto o país também se modificava. [...] Quando, finalmente, Lula venceu as eleições em 2002, o país estava de cabeça para baixo. Ao contrário da potência criadora das lutas sociais da década de 1980, o cenário era de estancamento das forças sociais do trabalho, embaralhadas em meio a tanta desertificação social. A eleição que levou Lula ao poder foi, por isso, uma vitória política tardia. Nem o PT, nem o país eram mais os mesmos. O segundo estava desertificado enquanto o primeiro havia se desvertebrado. (ANTUNES, 2005, p. 165)

Um partido de esquerda na presidência, portanto, não teria representado uma ruptura que pudesse estar na expectativa de alguns setores da esquerda ou mesmo um afastamento tão relevante de pressupostos neoliberais, dada a tônica de conciliação/coalizão que foi sinalizada ainda em período de campanha no ano de 2002. Nesse sentido, são ilustrativos os pensamentos de André Singer quando, de forma direta, levanta a questão “O Partido dos Trabalhadores: ainda um partido de esquerda?” (SINGER, 2012, p. 62) e aprofunda ao teorizar sobre o que chama de “segunda alma” do PT na campanha de 2002. Nesta última, emblemática na profunda crítica que faz ao PT, o autor apresenta “duas almas” em contraponto: a do Sion (referência ao Colégio Sion, onde foi fundado o Partido dos Trabalhadores em 1980) com propostas que foram mais radicais, de crítica aos modelos político e econômico vigentes no Brasil de então, e a

alma do Anhembi (referência a um centro de convenções neste bairro paulista) que, em 2002, reafirmou a mensagem da “Carta ao Povo Brasileiro” (preparada em 2001) que, em essência, preconizava a conciliação entre capital e trabalho como valores para um futuro governo petista.

Em suas análises sobre a gestão do PT, Singer afirma que o lulismo (moderação e coalizão entre classes capitaneada por um partido de esquerda) se estendeu por todo o período de gestão petista na presidência, ainda que deixe transparecer que, no referente à Dilma Rousseff, tivesse havido um maior contraponto ao “status quo” do capital: “Dilma fez escolhas antiliberais, o que lhe custou caro.” (SINGER e LOUREIRO, 2016, p. 17)¹¹.

Foi tratado até aqui, portanto, uma leitura crítica do Brasil de 1990 a 2016, com intuito de denotar marcadores ideológicos de um neoliberalismo que, mesmo passado tanto tempo desde o Colóquio Walter Lippmann ou mesmo do Consenso de Washington, ainda reverbera seus ecos em nossa política recente.

Em coadunação com o que foi apresentado no início do artigo, uma exegese sobre o liberalismo foi construída para atingir o objetivo de “dissecar” esta ideologia por meio de sua história e de alguns de seus pensadores. Com isto, uma plataforma teórica foi formada para consolidar pressupostos de sua identificação, ou seja, elaboração de uma lente analítica (como apontados pelo Consenso de Washington e quadro comparativo abaixo).

Os pressupostos do neoliberalismo, portanto, nos servem como marcadores ideológicos identificáveis nas últimas décadas da política brasileira, mesmo no que se apresentou como momentos de inflexão.

A aparência era de que a ordem neoliberal estaria à beira de ser colocada, se não em xeque, ao menos sob a oportunidade de uma grande pressão para recuo de seus ditames em prol de uma governança mais questionadora às estruturas liberalizantes no país. Neste escopo, ficou o destaque para a chegada do PT ao poder e a oportunidade de que, pela primeira vez na presidência da república, um partido de esquerda

¹¹ Basicamente, Singer afirma ter havido um maior intervencionismo estatal por parte de Dilma do que pela parte de Lula, lembrado em seu perfil moderador: “Enquanto Lula foi conciliador, Dilma decide entrar em combate com frações de classe poderosas e resistentes. Ao reduzir os juros e forçar os spreads para baixo, Dilma tensionou o pacto estabelecido com o setor financeiro. Uma barreira foi rompida.” (SINGER e LOUREIRO, 2016, p. 20).

alimentou as esperanças de que, compondo uma onda progressista na América Latina, representaria um momento da construção de um caminho avesso à alternativa neoliberal no país.

Tabela 1: pressupostos do liberalismo

Pressupostos do liberalismo	
Clássico (séculos XVII ao XX)	Neoliberalismo (séculos XX e XXI)
Individualidade	
Essencialmente um valor para desenvolvimento pessoal, sem necessariamente extrapolar para políticas de Estado, ao menos até o século XIX, quando a partir de então o desenvolvimento econômico era atrelado a exacerbado nacionalismo.	Visão globalista, ou seja, valorização do aprimoramento pessoal em conjunto com outros desenvolvimentos individuais com intuito de formar uma comunidade mundial e competitiva entre empresas, não necessariamente representando disputa entre nações.
Liberdade	
Elemento primordial das diferentes versões do liberalismo, apregoa ser um direito natural que demarca a essência da humanidade. Em consonância com a individualidade, promove as aptidões de cada um escorado por um Estado de direito que se vê necessário para justamente codificar e garantir esta liberdade.	O mercado é visto como superior ao governo. E ainda que se admita que deve existir para garantir valores liberais, o Estado deve ser essencialmente mínimo na oferta de serviços e interferência em negócios particulares, deixando à sociedade um equilíbrio privado entre oferta e procura. Visão construída em contraponto, num contexto de Guerra Fria, à planificação de economias socialistas.
Razão	
Contraposto a uma sociedade estamental (com interpretações teológicas da natureza e imobilidade social), o racionalismo liberal surge no esteio do iluminismo, criticando a infalibilidade de autoridades e preconizando o desenvolvimento intelectual para sistematizar, buscar e satisfazer interesses pessoais.	Corolário da individualidade e liberdade, a razão marca o desenvolvimento de diferentes habilidades em um sinergismo de saberes a serem buscados em consonância com o empreendedorismo, quer dizer, conhecimento acumulado e aplicado para se destacar em um mercado competitivo onde a desigualdade material apenas marcaria “naturais” desigualdades de potenciais entre as pessoas.
Justiça	
A cada um o que lhe é devido na medida de suas potencialidades, esforços e destaque na sociedade. Assim, importante destacar que há um entendimento de igualdade fundacional para liberais, quer dizer, entende-se que todos nascem iguais, tendo liberdade em desenvolver capacidades, que vão se mostrando diferentes com o passar da vida e, então, cada um sendo recompensado pelo que efetivar e aprimorar.	Formulam-se termos para justificar a desigualdade entre os seres humanos: meritocracia e resiliência. Desta forma, ainda há o entendimento de que cada um é recompensado conforme habilidades desenvolvidas, em desconsideração de métricas materiais diferentes para cada um, se refletindo em naturalização da desigualdade e glamourização na superação de dificuldades e resistência a arbitrariedades.
Tolerância	

<p>Valor representativo da ética social do liberalismo, marca uma postura necessária do indivíduo para justamente poder viver em harmonia social. Destacado pela valorização da vida, liberdade e propriedade, a tolerância liberal apregoa a diversidade e convivência de opiniões até mesmo no sentido de atenuar tensões, como as de classe, por exemplo, em um entendimento de que patrões e empregados necessitam um do outro.</p>	<p>Sob o epíteto da diversidade, o neoliberalismo desenvolve o que se conhece por capitalismo identitário, na medida em que “absorve pautas identitárias e converte lutas antiopressivas (especialmente machismo e racismo) em algo lucrativo” (POLESE, 2020). Ou seja, retomando os pressupostos clássicos, subverte ações afirmativas de gênero, de cor, bem como de sexualidade e mesmo de classe para transformá-los em elementos de identificação não para a crítica social, mas para incremento do consumismo.</p>
---	--

Fonte: produção do autor.

Contudo, o intento por uma presidência de coalizão marcou a tônica desde quando Lula ainda se encontrava em campanha, portanto, demarcou-se que mesmo ainda durante o pleito para assunção à chefia do executivo não se tardou uma flexibilização no embate entre ideias e práticas.

A tabela 1 resume conceitos elaborados a partir do estudo histórico do liberalismo neste trabalho, de maneira que o quinteto apresentado dá a robustez no que se apregoa como “marcadores ideológicos de discurso”.

A hipótese levantada acerca de “onde está este neoliberalismo em falas?” se mostrou possível, a despeito da polissemia do termo e de não ser lugar comum algum personagem se assumir categoricamente como neoliberal. Esta omissão, contudo, como o trabalho demonstra, não impede uma verdadeira ação investigativa acerca da comprovação empírica da força que tomou a ideologia em tela no mundo pós-crise do socialismo real europeu.

Sem a pretensão de ser definitivo acerca de elementos identificadores de uma ideologia, este trabalho assume o intento de tão somente ser aquilo que se propôs, uma contribuição. Isto no sentido de uma reflexão acerca de pressupostos primordiais que, por meio da história, podem ser formulados para guiar análises robustas sobre diferentes falas e determinados símbolos que, por sua vez, moldarão uma realidade. Afinal, “se a ideologia não pode ser divorciada do signo, então o signo também não pode ser isolado das formas concretas de intercâmbio social.” (EAGLETON, 1997, p.172).

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry, “Balanço do Neoliberalismo”. In. SADER, Emir e GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2005.
- BAND JORNALISMO. **Debate na Band: Presidencial 1989 – 2º turno – Lula X Collor - Parte 5 (14/12/89)**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5ypqzPNBMSI>>. Acesso em: 28 jun 2021.
- BORGES, Elisa de Campos. **O projeto da via chilena ao socialismo do partido comunista chileno: “nem revisionismo, nem evolucionismo, nem reformismo, nem cópias mecânicas”**. 2005. 239 f. Pontifícia Universidade Católica, 2005.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 1997.
- FREEDEN, Michael. **Ideologies: a very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2003.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Lisboa: Gradiva, 1992.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HAYEK, Friedrich A. **O Caminho da servidão**. 6. ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.
- HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo**. São Paulo: Ática, 2010.
- HOBBSBAWM, Eric. **A era dos impérios: 1875-1914**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: o que é o iluminismo?** Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/kant/1784/mes/resposta.htm>>. Acesso em: 6 jun 2021.
- LAVAL, Christian e DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Centauro Editora, 2010.
- LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. **O Capital - Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MILL, John Stuart. **Sobre a liberdade e A sujeição das mulheres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- NUNES, Wellington. **Uma estratégia nacional de desenvolvimento no Brasil dos anos 1990**. Revista de Sociologia e Política, v. 24, n. 59, p. 67–89, 1 Set 2016.
- PETTY, William e QUESNAY, François. **Os economistas: Petty - Quesnay**. São Paulo:

Editora Nova Cultural, 1996.

POLESE, Pablo. **Machismo, racismo, capitalismo identitário: as estratégias das empresas para as questões de gênero, raça e sexualidade.** São Paulo: Hedra, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O problema do passado é não passar.** Jornal de letras, artes e ideias, n. 1209, p. 3, 2017.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André e LOUREIRO, Isabel. **As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?** 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SLOBODIAN, Quinn. **Globalists : the end of empire and the birth of neoliberalism.** Cambridge: Harvard University Press, 2018.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2017.

YOUNG, Michael. **The Rise of Meritocracy.** London: Routledge, 2017.

